

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	16
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	20
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	21
2.5 Medições não contábeis	22
2.6 Eventos subsequentes as DFs	24
2.7 Destinação de resultados	25
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	28
2.10 Planos de negócios	29
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	31
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	32
5.2 Descrição dos controles internos	38
5.3 Programa de integridade	41
5.4 Alterações significativas	45
5.5 Outras informações relevantes	46

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas nesta seção, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e nossas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento técnico - CPC 21 - "Informações Financeiras Intermediárias").

As informações constantes nesta seção 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site (<https://www.yduqs.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A YDUQS, detentora das marcas de ensino superior Estácio, IBMEC, Damásio, Clio, Wyden, Sjt Med, IDOMED e Qconcursos, é o um dos maiores players de educação superior no Brasil em número de alunos conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ("INEP") de 2021, e está em processo de crescimento no país por meio da expansão de suas marcas de ensino. Nossos diretores ressaltam o compromisso da Companhia em operar com uma base de mais de um milhão de alunos sem deixar de entregar excelência acadêmica, de deter condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementação do plano de negócio, bem como de cumprir com as obrigações, sempre com foco na busca contínua de melhoria de performance operacional e financeira. Além disso, a Companhia busca sempre melhorar o engajamento e a comunicação com todos os stakeholders. Nosso compromisso é integrar a sustentabilidade em todas as nossas atividades para fortalecer nosso legado no setor educacional - nos pilares ambiental, social, governança e econômico, trabalhando com ética e transparência para o desenvolvimento sustentável.

(em milhões de reais)	31/12/2022	31/12/2021
Total do Ativo Corrente	2.100,5	2.973,6
Total do Passivo Corrente	1.107,6	1.865,9
Índice de Capital de Giro Líquido (AC-PC)	992,9	1.107,6
Caixa Líquido de Conta Garantida	785,8	1.814,2
Caixa Líquido de Dívida	785,8	1.814,2

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	31/12/2022	31/12/2021
Índice de Liquidez Corrente	1,89639106	1,59359832
Indicador de Endividamento ⁽¹⁾ (Dívida Líquida ⁽²⁾ / EBITDA ⁽³⁾)	2,15	1,95

(1) O Índice de endividamento é representado pela divisão do total do passivo pelo total do ativo.

(2) Dívida Líquida é o somatório dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(3) EBITDA não é uma medida contábil. O EBITDA corresponde ao lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento (assim considerado como a divisão do passivo circulante e não circulante pelo ativo total) total foi de 0,67289284 enquanto em 31 de dezembro de 2021 o mesmo índice foi de 0,67249441. Em 31 de dezembro de 2022, a posição de caixa líquido de dívida era de R\$785,8 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$2.855,1 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,964533 para 31 de dezembro de 2021 a posição de caixa líquido de dívida era de R\$1.814,2 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$2.394,2 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,738585.

O nosso indicador de liquidez corrente (assim entendido o índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) teve uma variação de 19% em 31 de dezembro de 2022 quando comparado a 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu principalmente devido a uma operação de pré-pagamento em dezembro de 2022 de um empréstimo da linha 4131 junto ao Citibank no valor de US\$ 80,0 milhões (convertidos a R\$454,327 milhões) que reduziu nosso caixa no período entre pré-pagamento e reconstrução da dívida.

Atualmente, na opinião de nossos Diretores, não possuímos deficiência de liquidez, considerando o nosso indicador de liquidez corrente (assim entendido o índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), que em 31 de dezembro de 2022 era de 1,89639106 quando que em 31 de dezembro de 2021 era de 1,59359832.

Nossos Diretores entendem que nosso capital de giro líquido (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e operacionais, refletindo adequadamente nossa capacidade de: (a) gerenciamento dos nossos negócios e nos proporcionando o financiamento necessário para o atendimento de nossa estratégia de negócios e (b) gerenciamento adequado das relações com os nossos fornecedores e clientes.

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso capital de giro líquido alcançou R\$992,9milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2021, o nosso capital de giro líquido alcançou R\$ 1.107,6 milhões.

A redução do nosso capital de giro líquido verificado em 31 de dezembro de 2022, quando comparado ao exercício anterior, decorreu principalmente devido a uma operação de pré-pagamento em dezembro de 2022, conforme explicado anteriormente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adicionalmente, temos tido amplo acesso a fontes de financiamento, o que nos garante que os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, sejam suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e gerenciar a nossa estratégia de expansão. Para mais informações sobre a estrutura do nosso capital e nossas fontes de financiamentos, ver os itens 2.1(b) e 2.1(d) abaixo.

(b) Estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	6.089,1	6.656,2
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.960,1	3.241,6
Capital total (terceiros + próprio)	9.049,2	9.897,8
Parcela de capital de terceiros	67,3%	67,3%
Parcela de capital próprio	32,7%	32,7%

Em 31 de dezembro de 2022, segundo nossos Diretores, 32,71% das nossas atividades eram financiadas por meio de nosso capital próprio e aproximadamente 67,29% por meio de capital de terceiros. Na referida data, o nosso patrimônio líquido totalizou R\$2.960,1 milhões, enquanto nosso endividamento (assim considerado como a soma do nosso passivo circulante e do passivo não circulante) totalizou R\$6.089,1 milhões, dos quais R\$3.640,9 milhões correspondiam a empréstimos bancários e compromissos a pagar relacionados as aquisições realizadas pela companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Indicadores (em milhões R\$)	2022	2021
EBITDA ⁽¹⁾	1.326,0	1.225,6
Dívida Líquida ⁽²⁾ / EBITDA	2,15	1,95
Índice de Endividamento ⁽³⁾	0,67289284	0,67249441

(1) EBITDA não é uma medida contábil. O EBITDA corresponde ao lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

(2) Dívida Líquida é o somatório dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(3) O Índice de endividamento é representado pela divisão do total do passivo pelo total do ativo.

O EBITDA, de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, deve ser reconciliado com as rubricas contábeis expressas diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A reconciliação com as demonstrações financeiras da nossa Companhia é realizada da seguinte forma: EBITDA é o lucro antes de: (a) resultados financeiros líquidos, (b) imposto de renda e (c) contribuição social, depreciação e amortização. A Margem EBITDA, por sua vez, resulta da divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ressaltamos que o EBITDA e Margem EBITDA não são medidas adotadas pelas BR GAAP ou Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). O EBITDA e a Margem EBITDA, portanto, não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido para verificação do indicador de nosso desempenho operacional, nem como indicadores de liquidez. A nossa administração acredita que estes dados consistem em medidas práticas que permitem um índice comparativo com outras companhias do mesmo segmento.

A Companhia gerou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 um EBITDA de R\$1.326,0 milhões. A relação Dívida Líquida/EBITDA foi de 2,15x em 31 de dezembro de 2022. A relação entre EBITDA e Dívida Líquida é utilizada para indicar a capacidade de pagamento da Companhia em relação a seus compromissos financeiros. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Adicionalmente, os prazos de pagamento das principais despesas da nossa Companhia, como pagamentos ao corpo docente e ao nosso pessoal administrativo e o pagamento de custos de locação de espaço, coincidem, em sua maior parte, com os prazos de recebimento das mensalidades dos alunos, principal origem de receitas da nossa Companhia. Assim, os ciclos operacional e financeiro da nossa Companhia apresentam alto índice de sintonia entre a maior parte de nossas despesas com o recebimento da maior parte de nossas receitas.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram, segundo nossos Diretores, a nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foi a nossa própria geração operacional de caixa, bem como a 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$500 milhões realizada pela Companhia em setembro de 2022 ("8ª Emissão de Debêntures").

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é sólida e que nossa geração de caixa continuará sendo a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes. No entanto, a nossa Companhia continuará a analisar oportunidades de financiamentos que atendam seus interesses em relação a custo e prazo para ampliar sua capacidade de investimentos e liquidez.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso endividamento correspondente a empréstimos bancários relacionados as aquisições realizadas pela companhia era de R\$3.640,9 milhões. Esse montante correspondia, principalmente, (i) captações realizadas conforme quadro abaixo no valor de R\$3.433,2 milhões; (ii) aos R\$0,7 milhões obtidos por meio de financiamentos subsidiados junto a agências e bancos de fomento regionais e (iii) compromissos a pagar relacionados com as últimas aquisições realizadas pela companhia.

Na mesma data, o valor de nosso endividamento bruto totalizou R\$3.640,9 milhões observado que tal valor contempla o nosso endividamento (empréstimos e financiamentos) acima referido, bem como os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições de sociedades controladas realizadas (R\$111,5 milhões em 31 de dezembro de 2022) e o nosso saldo a pagar de tributos parcelados (R\$12,0 milhões em 31 de dezembro de 2022).

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2022:

Banco	Operação	Valor de Principal (em milhões R\$)	Emissão	Vencimento
Finep	Finep	0,7	Fev/15	Jan/25
Itaú / Bradesco	5ª Emissão Debentures (2ª Série)	350	Fev/19	Fev/24
Citibank	Linha 4.131	233,2	Fev/22	Jan/24
Santander/ Citibank / Itaú	6ª Emissão Debentures (Única)	1.850,00	Fev/21	Fev/26
UBS BB	7ª Emissão Debentures (Única)	300	Nov/21	Nov/26
Itaú / Banco ABC / Bradesco	8ª Emissão Debentures (única)	500	Set/22	Set/27
Safra	CCB	200	Mar/22	Mai/24

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Segundo nossos Diretores, a maior parte do nosso endividamento decorre de (i) nossos contratos de arrendamento – direito de uso, (ii) nossas emissões de debêntures, (iii) emissões de cédulas de crédito bancário (“CCB”), (iv) linhas 4.131 em USD, e (v) aos financiamentos junto a agências e bancos de fomento regionais, cujos recursos estão sendo utilizados para melhoria das nossas unidades atuais, expansão orgânica e aquisições realizadas pela nossa Companhia. Tais operações possuem vencimentos entre 01/01/2023 e 30/03/2052, sendo as principais (e ainda vigentes) descritas abaixo:

Modalidade (em R\$ milhões)	Encargos Financeiros	Garantias Prestadas	Em 31 de dezembro de 2022
Contratos de Arrendamento - Edifícios	68% dos contratos IGP-M 30% dos contratos IPCA 3% dos contratos IGP-DI	N.A	1.501.246

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contratos de Arrendamento – Equipamentos de Informática	IPCA a.a.	N.A	118
Contratos de Arrendamento - Máquinas e Equipamentos	IGP-DI/FGV a.a.	N.A	0
Contratos de Arrendamento - Móveis e Utensílios	IPCA a.a.	N.A	9.706
IGP-DI	3	-	2%
IGP-M	102	-	68%
IPCA	45	-	30%
Total de Contratos- Imóveis	150	-	100%

A Companhia e suas controladas possuem diversos imóveis comerciais alugados para sua área administrativa e unidades de ensino. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente, sendo os pagamentos de arrendamentos descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

A Companhia e suas controladas arrendam diversos direitos de uso, tais como máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de acordo com a vigência contratual e a propriedade dos ativos não pertencem à Companhia e suas controladas. Os referidos arrendamentos são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

Modalidade (em R\$ milhões)	Encargos Financeiros	Garantias Prestadas	Em 31 de dezembro de 2022
5ª emissão de debêntures (2ª Série)	CDI+0,785% a.a	Não possui garantias	368,1
6ª emissão de debêntures	CDI + 2,50% a.a.	Não possui garantias	1.875,5
7ª emissão de debêntures	CDI + 1,65% a.a.	Não possui garantias	303,2
8ª emissão de debêntures	CDI + 1,5% a.a.	Não possui garantias	516,2
Empréstimo Safra	CDI + 2,80% a.a	Não possui garantias	224,8
Empréstimo FINEP	6% a.a	Não possui garantias	0,7
Empréstimo Citibank (4131)	1,18*(SOFRUSD + 0,90%(L)	Swap cambial	240,8
Total			3.529,4

-Emissões de Debêntures:

- Quinta Emissão de Debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, no montante total de R\$600,0 milhões realizada pela Companhia em fevereiro de 2019 ("5ª Emissão de Debêntures"), com vencimento em fevereiro de 2024.
- Sexta Emissão de Debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$1.850 milhões realizada pela Companhia em fevereiro de 2021 ("6ª Emissão de Debêntures") com vencimento em fevereiro de 2026.
- Sétima Emissão de Debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

série única, no montante total de R\$300,0 milhões realizada pela Companhia em novembro de 2021 ("7ª Emissão de Debêntures"), com vencimento em novembro de 2026.

- Oitava Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$500 milhões realizada pela Companhia em setembro de 2022 ("8ª Emissão de Debêntures"), com vencimento em setembro de 2027.

-Empréstimo Safra:

- Empréstimo Safra com volume total de R\$ 200 milhões realizado pela Companhia em março de 2022, a uma taxa de CDI+2,80% ("CCB Safra"), não possui garantias e com vencimento em maio de 2024.

- Empréstimo FINEP:

- Empréstimo FINEP financiamento junto a agências e bancos de fomento regionais, cujos recursos estão sendo utilizados para melhoria das nossas unidades atuais, expansão orgânica e aquisições realizadas pela nossa Companhia, não possui garantias e com vencimento em janeiro de 2025.

- Empréstimo Citibank:

- Empréstimo Citibank em moeda estrangeira, operação de Credit Agreements, celebrados de acordo com a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 ("Lei nº 4.131"), com o Citibank no valor de USD44 milhões (R\$233 milhões em fevereiro de 2022), com garantia apenas do contrato de swap cambial e com vencimento em janeiro de 2024.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 14 de dezembro de 2018, foi celebrado contrato de parceria entre a Companhia, suas controladas e o Banco Santander S.A. ("Santander"), substituindo acordos de parceria anteriores, com prazo de vigência até junho de 2029, cujo objeto principal é o de conceder exclusividade para a realização do processamento da folha de pagamento de todos os professores, funcionários administrativos e colaboradores, bem como a preferência de ser o principal provedor de produtos e serviços financeiros da nossa Companhia. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Santander, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do referido contrato, o Santander pagou à Companhia uma receita fixa de R\$32,4 milhões, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas¹

Existe grau de subordinação entre as emissões de debêntures. Além disso, qualquer nova dívida a ser

¹ **Nota MF:** Comentários sobre a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras aplicáveis, tendo em vista a ordem de precedência em eventual concurso universal de credores. Além disso, deve destacar as obrigações que possuem garantia reais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

contratada no mercado de capitais deve necessariamente ser subordinada às linhas mencionadas exceto mediante autorização dos credores.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da nossa Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras:

Exercício social (31/12/2022)							
Tipo de obrigação	Tipo de Garantia	Outras Garantias ou Privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos	Garantia Real	N.A.	357.952,33	386.651,02	-	-	744.603,34
Empréstimos	Quirografária	N.A.	511.388.076,26	2.080.923.472,45	1.833.454.068,43	613.987.261,83	5.039.752.878,97
Total			11.746.028,59	2.081.310.123,47	1.833.454.068,43	613.987.261,83	5.040.497.482,31
Observação							
As informações constantes deste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O valor apresentado no item 3.7 representa o total de obrigações baseada no somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, consolidado. O montante da dívida com garantia real tem ativos reais como garantia. O restante da dívida não possui qualquer tipo de garantia. Dívidas sem garantia real ou flutuante, independente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirografárias. As dívidas garantidas com bens de terceiros, por não onerarem bens da Companhia, foram consideradas como dívidas quirografárias e classificadas como tal.							

A garantia real relacionada ao contrato acima referido, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022, é composta por carta de fiança bancária. Nossas emissões de debêntures são quirografárias, não contam com garantias. O total do Endividamento Financeiro exclui os valores referentes a IFRS 16, ou seja, para fins de parâmetros de comparação, não foram considerados os impactos da adoção do IFRS 16 "Operações de Arrendamento Mercantil".

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições²

Não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das descritas no item (i) acima.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no item (i) acima nos termos pactuados.

² **Nota MF:** Devem ser informadas, no item 2.1(f)(iv), as cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em contratos de financiamento firmados pelo emissor, em especial os que puderem implicar em declaração de vencimento antecipado da dívida, acompanhadas dos respectivos índices apurados para cada um dos covenants financeiros. Além disso, também deverão ser divulgadas informações acerca do cumprimento dos *covenants* de financiamento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nossos Diretores destacam que as principais restrições impostas pelas debêntures, por nós emitidas, as quais vêm sendo cumpridas integralmente pela Companhia, são:

Covenants financeiros: Há limites financeiros estabelecidos nas escrituras de debêntures e notas promissórias. Os principais indicadores são:

5ª Emissão de Debêntures: Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5x.

6ª Emissão de Debêntures: Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,0x.

7ª Emissão de Debêntures: Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,0x.

8ª Emissão de Debênture: Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,0x.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não descumpriu nenhum dos covenants financeiros descritos acima. Ainda, há algumas restrições comuns previstas nas escrituras de emissão das debêntures da Companhia, conforme descritas abaixo e detalhadas no item 12.3 deste Formulário de Referência:

Anuência em caso de pré-pagamento de dívidas de longo prazo.

Alteração do controle societário: na ocorrência de qualquer alteração na nossa composição societária, incluindo a alienação, cessão ou transferência direta de ações do nosso capital social, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na aquisição originária do controle da nossa Companhia, de forma direta ou indireta, por algum acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de votos, sob controle comum, ou, ainda, representando mesmo centro de interesses, os nossos credores solicitarem o vencimento antecipado da dívida.

Proibição de concessão de garantias pela Companhia ou suas controladas a quaisquer dívidas, sem que antes as ofereça aos debenturistas, excetuando-se operações de investimento amparadas em linhas de banco de fomento.

Distribuição, pela Companhia, de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob a forma de juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures.

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa o (+) resultado operacional recorrente antes do resultado financeiro, (+) depreciação e (+) amortização de ágio, líquida de deságio, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração.

“Dívida Líquida” significa o (+) Endividamento total ex IFRS 16 (-) Disponibilidades

Consolidado (em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo circulante	1.107,6	1.865,9
Passivo não circulante	4.981,5	4.790,3
Total do Passivo	6.089,1	6.656,2

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Patrimônio líquido	2.960,1	3.241,6
Índice de endividamento ⁽¹⁾	0,67289284	0,67249441
Capital de Terceiros	6.089,1	6.656,2
Capital Próprio	2.960,1	3.241,6

(1) Índice de endividamento calculado mediante a divisão do resultado da soma do Passivo circulante e do Passivo Não circulante dividido pelo total do Patrimônio líquido.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa^{3 4}

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2022	AV ⁽¹⁾	31/12/2021	AV ⁽¹⁾	AH
Receita líquida de serviços prestados	4.564,9	100,0%	4.391,4	100,0%	4,0%
Custos dos serviços prestados	(1.982,5)	-43,4%	(2.002,3)	-45,6%	-1,0%
Pessoal e encargos sociais	(1.183,8)	-25,9%	(1.201,9)	-27,4%	-1,5%
Energia elétrica, água, gás e telefone	(48,9)	-1,1%	(38,9)	-0,9%	25,6%
Aluguéis, condomínios e IPTU	(35,7)	-0,8%	(55,2)	-1,3%	-35,4%
Correios e Malotes	(1,8)	0,0%	(1,9)	0,0%	-1,4%
Depreciação e amortização	(428,1)	-9,4%	(454,0)	-10,3%	-5,7%
Material didático	(9,7)	-0,2%	(9,4)	-0,2%	3,6%
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(64,5)	-1,4%	(58,2)	-1,3%	10,7%
Outros	(210,0)	-4,6%	(182,7)	-4,2%	14,9%
Lucro bruto	2.582,5	56,6%	2.389,1	54,4%	8,1%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(2.943,1)	-64,5%	(2.763,2)	-62,9%	6,5%
Despesas comerciais	(951,0)	-20,8%	(895,0)	-20,4%	6,3%
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 4)	(603,7)	-13,2%	(513,9)	-11,7%	17,5%
Publicidade	(251,2)	-5,5%	(282,9)	-6,4%	-11,2%
Vendas e marketing	(116,8)	-2,6%	(97,9)	-2,2%	19,4%
Outras	20,8	0,5%	(0,3)	0,0%	-6438,3%
Despesas gerais e administrativas	(1.041,1)	-22,8%	(973,2)	-22,2%	7,0%
Pessoal e encargos sociais	(317,9)	-7,0%	(350,9)	-8,0%	-9,4%
Serviços de terceiros	(164,0)	-3,6%	(139,5)	-3,2%	17,6%

³ **Nota MF:** Em atenção ao disposto no item 2.1(h), a companhia deve incluir, preferencialmente sob a forma de tabela, análise horizontal e vertical das variações significativas em contas relevantes. A mera transcrição das contas patrimoniais e de resultado não cumpre com tal finalidade. A partir de 2023, neste item não são necessários comentários sobre as contas do Balanço Patrimonial, devendo ser comentadas apenas alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

⁴ **Nota MF:** As informações incluídas neste item devem observar as últimas demonstrações financeiras divulgadas, incluindo a unidade de medida. As linhas incluídas na tabela do modelo devem ser adaptadas conforme o que foi divulgado nas demonstrações financeiras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Manutenção e reparos	(73,6)	-1,6%	(85,4)	-1,9%	-13,8%
Depreciação e amortização	(280,5)	-6,1%	(225,0)	-5,1%	24,6%
Convênios educacionais	(38,1)	-0,8%	(27,5)	-0,6%	38,4%
Viagens e estadias	(8,4)	-0,2%	(7,4)	-0,2%	12,8%
Provisão para contingências	(76,5)	-1,7%	(59,9)	-1,4%	27,7%
Seguros	(10,4)	-0,2%	(14,7)	-0,3%	-28,8%
Condução e transporte	(5,6)	-0,1%	(4,3)	-0,1%	31,7%
Aluguel de veículos	(5,8)	-0,1%	(4,9)	-0,1%	17,5%
Outras	(60,4)	-1,3%	(53,7)	-1,2%	12,5%
Outras receitas/despesas operacionais	27,1	0,6%	25,7	0,6%	5,5%
Resultado Financeiro	(704,6)	-15,4%	(436,0)	-9,9%	61,6%
Receitas Financeiras	211,5	4,6%	247,3	5,6%	-14,5%
Multas e juros recebidos por atraso	53,8	1,2%	40,4	0,9%	33,3%
Rendimentos de aplicações financeiras	183,4	4,0%	85,1	1,9%	115,5%
Valor justo dos derivativos (SWAP) (i)	1,7	0,0%	111,2	2,5%	-98,5%
Atualização de créditos fiscais e produtos financeiros	(1,8)	0,0%	26,1	0,6%	-107,0%
Outras	3,6	0,1%	6,4	0,1%	-43,0%
(-) PIS e COFINS sobre operações financeiras (ii)	(29,2)	-0,6%	(21,8)	-0,5%	33,9%
Despesas Financeiras	(916,1)	-20,1%	(683,2)	-15,6%	34,1%
Despesas bancárias	(12,1)	-0,3%	(10,1)	-0,2%	20,6%
Juros e encargos financeiros	(500,1)	-11,0%	(238,2)	-5,4%	109,9%
Atualização da provisão para contingências	(38,7)	-0,8%	(40,1)	-0,9%	-3,5%
Descontos financeiros (iii)	(91,1)	-2,0%	(101,5)	-2,3%	-10,2%
Variação monetária passiva	(26,3)	-0,6%	(15,1)	-0,3%	73,8%
Valor justo dos derivativos (SWAP) (i)	(0,2)	0,0%	15,5	0,4%	-101,2%
Juros sobre empréstimos (SWAP)	(88,3)	-1,9%	(155,5)	-3,5%	-43,2%
Gastos com empréstimos	(4,4)	-0,1%	(9,0)	-0,2%	-50,8%
Juros de arrendamento - Direito de uso	(143,4)	-3,1%	(124,1)	-2,8%	15,5%
Outras	(11,6)	-0,3%	(5,1)	-0,1%	126,1%
Resultado Antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social	(87,2)	-1,9%	110,6	2,5%	-178,8%
IR e Contribuição Social	31,8	0,7%	47,5	1,1%	-33,2%
Lucro Líquido do Exercício	(55,4)	-1,2%	158,2	3,6%	-135,1%
Atribuídos a acionistas da empresa controladora	(58,2)	-1,3%	N.A.	N.A.	N.A.
Atribuídos aos sócios não controladores	2,8	0,1%	N.A.	N.A.	N.A.

(1) Percentual da receita líquida total.

(i) Refere-se aos empréstimos captados em moeda estrangeira e os derivativos contratados para proteger a Companhia da exposição cambial.

(ii) Refere-se aos encargos sobre receitas financeiras e JCP (Juros sobre Capital Próprio).

(iii) Corresponde aos descontos concedidos quando das negociações de mensalidades em atraso.

Receita líquida de serviços prestados

Em 2022, a receita líquida total da Companhia apresentou um aumento de 4,0% vs. 2021. Abaixo as principais variações por segmento no período.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segmento Premium: aumento de R\$248,3 milhões comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O resultado foi impulsionado pelos seguintes fatores: (i) forte crescimento da base de graduação de Medicina (+16,5% vs. 2021) em função da maturação dos cursos e aumento de vagas autorizadas; (ii) aumento da captação do IBMEC comparado ao ano de 2021, impulsionada pelo crescimento da unidade de São Paulo que possui ticket mais alto; (iii) combinação do aumento tanto do preço de captação quanto do aluno veterano com mais de um ano, na graduação de Medicina e IBMEC; e (iv) melhor performance da pós-graduação do IBMEC.

Segmento Ensino Digital: aumento de R\$86,5 milhões comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, resultado explicado pelos seguintes fatores: (i) combinação do aumento tanto do preço de captação quanto do aluno veterano com mais de um ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, mais do que compensando a redução da captação e (ii) maturação da base de alunos.

Segmento Presencial: redução de R\$161,2 milhões comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, resultado impactado principalmente por uma menor adesão ao DIS (Diluição Solidária da Estácio) na captação em relação a 2021 e pelo efeito de curto prazo da campanha “Brilho Duplo” no primeiro semestre de 2022 (menor ticket no semestre inicial). Por outro lado, a manutenção da taxa de renovação e aumento do ticket do aluno veterano com mais de um ano, compensou em parte esses efeitos.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados apresentou uma redução de 1,0% quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021, principalmente em função de: (i) redução do custo de pessoal relacionado com a pesquisa operacional (PO), que melhora o ensalamento através do compartilhamento de disciplinas e a adoção de conteúdo digital nos cursos presenciais; (ii) redução de aluguel, condomínio e IPTU, resultado dos esforços da Companhia com otimização e modernização dos campi e do lançamento de créditos de PIS e COFINS (R\$13,3 milhões) sobre as despesas de aluguel referente ao ano de 2022, proporcionalmente a receitas tributadas pelo regime da não cumulatividade desses tributos; (iii) aumento de repasse de polos, resultado da expansão do segmento Ensino Digital através de polos parceiros (+482 polos em 2022) e que já representa mais de 60% da base de alunos da graduação; (iv) aumento de custo com serviço de terceiros (segurança e limpeza), energia elétrica e outros custos, principalmente em função do retorno de 100% das aulas presenciais e (v) redução da depreciação e amortização, relacionado com a redução de software (sistemas e aplicativos) e em benfeitorias de terceiros, que no ano de 2021 teve um incremento excepcional de R\$21 milhões com a devolução de imóveis.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.582,5 milhões comparativamente a R\$2.389,1 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$193,3 milhões ou 8,1%. Lucro bruto representou 56,6% e 54,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente em função do crescimento de 4,0% da receita líquida e da queda dos custos dos serviços prestados em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

torno de 1,0%.

Despesas comerciais, gerais e administrativas

As despesas comerciais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$951,0 milhões comparativamente a R\$895,0 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$56,0 milhões ou 6,3%. Despesas comerciais representaram 20,8% e 20,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da provisão de perda crédito esperada, no montante de R\$68,7 milhões e a redução de despesas de publicidade, no montante de R\$31,6 milhões.

O resultado pode ser explicado principalmente pelos seguintes fatores: (i) provisão do teto FIES de alunos formados de medicina, ou seja, o provisionamento da diferença entre o valor financiado pelo FIES e o valor devido pelo aluno já formado, sendo R\$9,6 milhões de anos anteriores e R\$8,7 milhões recorrente do ano de 2022; (ii) baixa da diferença do contas a receber de aquisições passadas no montante de R\$18,9 milhões, referente a anos anteriores e (iii) inadimplência dos alunos de medicina que se beneficiaram de leis e liminares do período da pandemia totalizando R\$13,8 milhões.

As despesas com Vendas e Marketing apresentaram uma redução de R\$12,7 milhões quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, atingindo a expectativa divulgada anteriormente, resultado dos esforços da Companhia no controle das despesas, principalmente no segmento Presencial. Como percentual da receita líquida total, houve uma redução de 1,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$1.041,1 milhões comparativamente a R\$973,2 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$67,9 milhões ou 7,0%. Essa variação decorreu principalmente em função de: (i) redução de pessoal, principalmente em função de uma menor realização de remuneração variável e reestruturação do administrativo; (ii) aumento do serviço de terceiros, manutenção e reparos, relacionado principalmente com serviços de TI, despesas com escritórios de advocacia e manutenção de equipamento das unidades; (iii) aumento de provisão para contingência, em comparação com o mesmo período do ano anterior, principalmente porque em 2021 houve reversão extraordinária de provisão, resultado de negociação de acordos nos processos estratégicos (cíveis e trabalhistas); (iv) aumento de outras despesas, relacionado principalmente com maiores gastos com convênios educacionais e despesas com viagens e estadias em função do retorno das atividades presenciais e (v) aumento da depreciação e amortização, principalmente em função da amortização dos sistemas, aplicativos e softwares, relacionado com os investimentos realizados em transformação digital e tecnologia ao longo dos últimos anos, que tem prazo de depreciação e amortização mais curto que a média.

Resultado financeiro

O Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi negativo, -R\$704,6 milhões comparativamente a um resultado também negativo de R\$436,0 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$268,7 milhões ou 61,6%. O Resultado financeiro líquido representou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

15,4% e 9,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento de juros sobre empréstimos no montante de R\$245,2 milhões devido ao maior volume de endividamento da companhia.

Receita financeira: redução de R\$35,7 milhões vs. 2021, principalmente em função de: (i) multas e juros por atraso e rendimento de aplicações financeiras, resultado do aumento da taxa de juros e (ii) atualização monetária (PAR e DIS) e outros, devido a correção sobre um menor contas a receber desses produtos.

Despesa financeira: aumento de R\$232,9 milhões vs. 2021, em função de: (i) aumento de juros e encargos, resultado do aumento da dívida da Companhia e da taxa de juros; (ii) redução do desconto financeiro, resultado das oportunidades identificadas nas campanhas de renovação, possibilitando descontos mais qualificados, gerando uma maior eficiência; (iii) aumento de juros de arrendamento, em função de novos contratos, renovações contratuais e aumento da taxa de juros e (iv) aumento de outras despesas, principalmente com a atualização financeira das contingências e atualização financeira do preço a pagar de aquisição.

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi um resultado negativo de R\$87,2 milhões comparativamente a R\$110,6 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$197,8 milhões ou -178,8%. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 1,9% e 2,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente ao resultado do aumento da receita líquida, despesas operacionais e despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado com mesmo período de 2021 representou uma variação de R\$15,8 milhões ou 33,2%. Imposto de renda e contribuição social representou 0,7% e 1,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao prejuízo do exercício corrente da Companhia.

Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício

O lucro (prejuízo) líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em R\$55,4 milhões comparativamente a um resultado positivo de R\$158,2 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$213,6 milhões ou -135,1%. Lucro (prejuízo) do exercício representou 1,2% e 3,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento nas linhas de despesas financeiras, especificamente juros sobre empréstimos no montante de R\$245,2 milhões.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

períodos indicados:

(em R\$ milhões)	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais.	716,9	707,5	1,3%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de Investimento.	(54,4)	(942,5)	-94,2%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(1.166,9)	215,2	n.a.
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(504,4)	(19,9)	2437,3%
Caixa e caixa equivalente no início do exercício	905,5	925,3	-2,1%
Caixa e caixa equivalente no final do exercício	401,1	905,5	-55,7%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(504,4)	(19,9)	2437,3%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$716,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$707,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de R\$9,4 milhões, ou 1,3%, representou um caixa líquido operacional estável entre os exercícios.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$54,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$942,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$888,1 milhões, ou 94,2%, é justificada pela aplicação dos títulos e valores mobiliários, no montante R\$524,0 milhões e pelo aumento de capitalização de imobilizado e intangível nos montantes de R\$145,8 milhões e R\$345,9 milhões, respectivamente.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$1.166,9 milhões negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$215,2 milhões positivos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$1.382,0 milhões, ou 642,3%, é justificada pela liquidação de empréstimos e financiamento, no montante de R\$1.308,7 milhões, amortização de arrendamento no montante de R\$349,9 milhões, aquisições de ações em tesouraria no montante de R\$200,6 e emissão de debêntures no montante de R\$500 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Esclarecem nossos Diretores que nossa receita bruta é composta pelo recebimento de mensalidades decorrentes da prestação de serviços educacionais de ensino superior, de atividades administrativas relacionadas à prestação dos serviços educacionais e serviços de assinaturas nas plataformas digitais. Dessa forma, a maior parte da nossa receita bruta provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, extensão, especialização, pós-graduação e ensino a distância que são oferecidos aos nossos alunos. Os cursos de graduações são ofertados em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo o pagamento da primeira parcela realizado na confirmação da matrícula no semestre. Os demais cursos são ofertados pelo período total e em geral tem número de mensalidades igual ao número de meses da duração do curso. As atividades administrativas relativas à prestação de serviços educacionais, por sua vez, incluem serviços como emissão de documentos, requerimentos de revisão de notas e taxa de inscrição no vestibular para os quais são cobradas taxas acadêmicas dos estudantes. Os serviços de assinaturas digitais disponibilizam os conteúdos especializados para fins de concursos.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia são materialmente influenciados pelos seguintes fatores:

Fatores Macroeconômicos

Nossos Diretores comentam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) a inflação; (v) o nível de juros básicos; e (vi) o nível de renda da população. Variáveis como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e a média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a nossa receita, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, nossas despesas financeiras, bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, nossos Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima em nossa atividade, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, nossos Diretores comentam que os impactos desses fatores têm sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a nossa Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros. Para informações adicionais a respeito de impactos da inflação e taxas de juros em nossas atividades, ver Item 10.2(c) do Formulário de Referência. No ano de 2022, o PIB brasileiro foi de 2,9%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, apresentando uma piora em relação ao cenário de 2021 que segundo dados divulgados pelo IBGE foi de 5,0%. A taxa de inflação acumulada em 2022, medida pelo IPCA, ficou em 5,79%, acima do centro da meta estabelecido pelo Banco Central de 3,5%. A taxa Selic em 31 de dezembro de 2022 era de 13,75% a.a.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A tabela abaixo apresenta as variações do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	2022	2021
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	2,9%	5,0%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	5,45	17,78%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	5,79	10,06%
Taxa Interbancária – CDI ⁽⁴⁾	13,65	4,40%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP ⁽⁵⁾	6,78	5,32%
Taxa de câmbio no final do período por US\$1,00	R\$5,21	R\$5,58
Taxa de câmbio média por US\$1,00 ⁽⁶⁾	R\$5,24	R\$5,40

PROUNI Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP E BNDES.

1 O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

2 A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados ao final de cada período.

3 A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados ao final de cada período.

4 A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (taxa acumulada no período e anualizada). Fonte: CETIP.

5 Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período). Fonte: BNDES.

6 Média das taxas de câmbio (venda) durante o período. Fonte: IPEADATA/BACEN

Esclarecem nossos Diretores que o PROUNI – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”) é um programa do Governo Federal do Brasil que visa proporcionar a entrada de alunos que não possuem condições de arcar com os custos acadêmicos no Ensino Superior, mediante concessão pelo Governo de bolsas. Por meio do PROUNI, em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, e posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, e pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI (como nós o fizemos, por meio de nossas controladas), são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais, ficando isentas, no período de vigência do termo de adesão, de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica, devendo a apuração de tais impostos ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Nossos Diretores esclarecem que tal programa foi responsável por uma isenção de pagamento de PIS/COFINS sobre a nossa receita de R\$152,96 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Em relação ao IRPJ e CSLL, nossos Diretores esclarecem que a aderência ao PROUNI por nossas controladas, assim como a utilização de incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet, fez com que a alíquota efetiva de tais tributos ficasse em torno de 36,43%, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que ensejou benefícios fiscais de R\$150,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Com o advento das Instruções Normativas RFB 1.394/2013 e 1.417/2013 foi instituído o POEB (índice que representa a proporção entre as vagas ofertadas e preenchidas do PROUNI), o qual deve ser multiplicado pelo Lucro da Exploração auferido, para fins de cálculo do benefício fiscal. Na sequência foi publicada a IN/RFB 1.476/2014, trazendo maiores esclarecimentos sobre o POEB, em especial quanto o início da sua vigência. Deste modo, em atendimento a IN/RFB 1.476/2014 e com a renovação da Adesão ao PROUNI das

2.2 Resultados operacional e financeiro

sociedades do Grupo da nossa Companhia no fim de 2014, a partir de 2015 o POEB passou a ser aplicado para fins de cálculo do benefício.

Conforme nota explicativa nº 29 às nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

(em R\$ milhões)	Consolidado	
	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(87.213)	110.629
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	29.652	(37.614)
Ágio Incorporadas	19.615	15.182
Despesas não dedutíveis (a)	2.769	(3.257)
Juros sobre Capital Próprio	-	755
Prejuízo fiscal não constituído	(171.811)	(68.708)
Resultado não tributável	4.398	2.731
Outras	358	141
Benefícios Fiscais		
Incentivo Fiscal – PROUNI	144.016	133.135
Incentivo Fiscal – Lei Rouanet	994	839
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	29.992	43.204

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nossos Diretores comentam que os principais fatores determinantes da nossa receita bruta consistem no número de alunos matriculados nos cursos oferecidos e o valor bruto das mensalidades por aluno.

Os preços das mensalidades são estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno. Desta forma, as nossas unidades situadas em regiões de maior demanda geralmente possuem mensalidades mais altas.

A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2022 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021 decorreu principalmente dos maiores esforços em captação, maturação dos cursos de medicina e renovação da base de alunos.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nossos Diretores informam que nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e reajustada pelos índices de inflação, tais como IGP-M, INPC e IPCA.

2.2 Resultados operacional e financeiro

No Brasil, os salários são reajustados anualmente, com base em acordos coletivos, ora celebrados entre os sindicatos dos empregadores e dos empregados. Normalmente, os sindicatos seguem o índice do INPC, como parâmetro para suas negociações. No caso das instituições de ensino superior em algumas cidades existe a previsão de concessão de um adicional por tempo de serviço onde é acrescido mensalmente 1,5% no salário base (além do dissídio coletivo) para cada três anos trabalhados (caso do Rio de Janeiro).

Nossa receita bruta de vendas também é reajustada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos alunos, por meio do aumento nos preços das mensalidades. No entanto, não podemos prever a possibilidade de repasse do aumento dos custos para nossos alunos no futuro.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 o impacto da inflação em nossos resultados foi compensado pelo reajuste do preço das mensalidades.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro": A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores informam que não houve ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres do auditor relativos às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos Diretores comentam que não houve no último exercício social introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nossos Diretores comentam que não houve no último exercício social constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante.

(c) Eventos ou operações não usuais

Nossos Diretores comentam que não houve no último exercício social eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

A Companhia divulgou no último exercício social as seguintes medições não contábeis:

(em milhões R\$, exceto %)	31/12/2022	31/12/2021
EBITDA ⁽¹⁾	1.326,0	1.225,6
Margem EBITDA ⁽²⁾	29,0%	27,9%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	1.458,7	1.336,6
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	32,0%	30,4%

(1) EBITDA não é uma medida contábil. O EBITDA corresponde ao lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Os números de 2022 do quadro acima foram impactados pela adoção do IFRS 16 "Operações de Arrendamento Mercantil", que determina que os arrendamentos passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo.

EBITDA Ajustado, desconsidera os efeitos não recorrentes no período, com reestruturação do quadro de funcionários, provisão de inadimplência de alunos de medicina, provisão do teto FIES dos alunos formados de medicina, baixa da diferença do contas a receber das últimas aquisições, multas contratuais em função da entrega de imóveis, despesas com M&A e outras.

(2) A Margem EBITDA resulta da divisão do EBITDA pela Receita Líquida das Atividades (Receita Líquida de Serviços Prestados). A Margem EBITDA Ajustada é a divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida das Atividades (Receita Líquida de Serviços Prestados).

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

(em milhões R\$, exceto %)	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	(55,4)	158,2
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(31,8)	(47,5)
(+) Resultado financeiro líquido	704,6	436,0
(+) Depreciação e amortização	708,5	679,0
EBITDA ⁽¹⁾	1.326,0	1.225,6
Margem EBITDA ⁽¹⁾	29,0%	27,9%
Itens não recorrentes	132,7	111,0
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	1.458,7	1.336,6
Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	32,0%	30,4%
Receita Líquida de Serviços Prestados ⁽²⁾	4.564,9	4.391,4

(1) EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis, conforme esclarecido na tabela desta Seção 2.5(a).

(2) A Receita Líquida das Atividades (Receita Líquida de Serviços Prestados) está descrita nas Notas Explicativas e são parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

2.5 Medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA, de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, deve ser reconciliado com as rubricas contábeis expressas diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A reconciliação com as demonstrações financeiras da nossa Companhia é realizada da seguinte forma: EBITDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Margem EBITDA, por sua vez, resulta da divisão do EBITDA pela Receita Líquida de Serviços Prestados.

Ressaltamos que o EBITDA e Margem EBITDA não utilizadas como medidas de desempenho pela nossa administração e não são medidas adotadas pelas BR GAAP ou Normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS). O EBITDA e a Margem EBITDA não devem ser consideradas como substitutos para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional, nem tampouco como indicadores de liquidez. A nossa administração acredita que consistem em medidas práticas para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

A reconciliação do EBITDA Ajustado da Companhia exclui os efeitos não recorrentes do período, é um valor que demonstrar como seria o EBITDA da Companhia caso esses eventos não recorrentes não tivessem ocorrido. Com isso, a Companhia divulga o EBITDA Ajustado visando normalizar as suas receitas e despesas, eliminando anormalidades ou peculiaridades do negócio. A Margem EBITDA Ajustada por sua vez, é a divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida de Serviços Prestados.

Ressaltamos que o EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada não são utilizados como medidas de desempenho pela nossa administração e não são medidas adotadas pelas BR GAAP ou Normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS). O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não devem ser consideradas como substitutos para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional, nem tampouco como indicadores de liquidez. A nossa Administração acredita que consistem em medidas práticas para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 10 de janeiro de 2023, a Companhia concluiu a contratação do 7º empréstimo da linha 4131 junto ao Citibank de US\$ 80,0 milhões (convertidos a R\$422,8 milhões em cotação equivalente daquela data). A operação foi contratada com SWAP ao custo da Curva Ativa de USD_SOFR + 0,68% a.a e da Curva passiva de CDI + spread, pelo prazo de 3 anos (vencimento em janeiro de 2026) com garantia apenas o contrato de swap cambial.

2.7 Destinação de resultados

	2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:</p> <p><u>Reserva Legal</u>: 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação, serão destinados para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social integralizado.</p> <p><u>Reserva de Contingências</u>: uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme art. 195 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável e que cujo valor possa ser estimado.</p> <p>A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser (i) retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, ou, ainda (ii) total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p>
(a.i) Valores das retenções de lucros	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um prejuízo de R\$55,4 milhões.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não se aplica tendo em vista que em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registrou prejuízo de R\$55,4 milhões.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<u>Dividendo Obrigatório</u> : O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos, conforme o Estatuto Social da Companhia, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e com base nestes balanços declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente	A Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.7 Destinação de resultados

	2022
aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$491,7 milhões nas seguintes atividades: (i) Transformação digital e tecnologia que totalizou R\$249,9 milhões, que são os investimentos relacionados com serviços educacionais para o aluno, buscando oferecer serviços cada vez mais modernos e inovadores; (ii) Sustentação e melhorias que totalizou R\$153,7 milhões, que são os investimentos relacionados com a manutenção e melhoria da infraestrutura das unidades, projetos associados a satisfação do aluno, questões legais e de Compliance, além da desmobilização de ativos e (iii) Expansão que totalizou R\$88,0 milhões, que são os investimentos relacionados com novos cursos e maturação dos já existentes.

Adicionalmente, a Companhia tem como plano utilizar os recursos (R\$450 milhões) para continuar investindo em: (i) transformação digital e tecnologia da informação, buscando oferecer serviços cada vez mais modernos e inovadores; (ii) manutenção e melhorias na infraestrutura das unidades e; (iii) projetos de expansão relacionados à maturação dos cursos existentes e novas unidades e produtos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Segundo os nossos Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os recursos necessários para os investimentos foram financiados pela nossa própria geração operacional de caixa. Cabe aos nossos Diretores identificar fontes de financiamento para contratá-los quando for o caso.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

2.10 Planos de negócios

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

De forma abrangente, nossa estratégia e resultados financeiros já estão interligados com os pilares ASG, garantindo valor e resiliência da nossa Companhia, conforme informado no item 1.16 deste Formulário de Referência. No estabelecimento do painel de metas ASG as oportunidades de negócio foram consideradas nos três aspectos temáticos.

Dentre elas destacamos:

1 - O aumento do uso de energia proveniente de fontes renováveis chegando a 90% do total até o ano de 2026, considerando não só o impacto ambiental positivo, mas o custo mais barato da energia limpa, hoje adquirida no mercado livre e proveniente em nossa usina solar, quando comparado a energia de fontes não renováveis. Arelado ainda a práticas de eficiência energética.

2 – A ampliação da oferta de ensino a distância com meta para aumento de polos parceiros. Essa estratégia nos permite levar o ensino superior em regiões de difícil acesso gerando um enorme impacto social positivo, e diminuindo as emissões quando comparado ao ensino presencial, e do lado da empresa amplia nossa base de alunos, e contribui para a diminuição efetiva dos custos operacionais, ao investir em tecnologias próprias para o tema.

3 – Em relação a governança a companhia possui metas de aumento da diversidade no board, participação em índices de mercado como o ISE, e metas ASG atreladas ao bônus dos executivos, essas ações nos posicionam melhor frente a investidores, em especial os investidores estrangeiros especializados em critérios sustentáveis, diminuindo os fatores de risco e influenciando diretamente no valor de mercado da companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho, além dos mencionados acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Entendemos que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar nosso plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Em 14 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, formalizando as responsabilidades e os procedimentos relacionados à Gestão de Riscos de Negócios. A referida política foi atualizada pelo Conselho de Administração em reunião do dia 19 de outubro de 2018, em 06 de maio de 2020 e em 27 de abril 2023 ,sendo certo que o enfoque de Gestão de Riscos da Companhia é baseado (mas não se limita) no modelo do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), padrão internacionalmente reconhecido

A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos está disponível para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (www.yduqs.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de Riscos inerentes às atividades da Companhia, a nossa reputação, os nossos resultados financeiros e operacionais, e questões legais e regulatórias, além de permitir que a Companhia aplique e priorize recursos para mitigar os Riscos que podem afetar adversamente seus objetivos.

A probabilidade de ocorrência, os impactos, as respostas aos riscos e planos de ação são avaliados e acompanhados periodicamente. Nossa avaliação contempla os impactos financeiros sobre o negócio; à imagem da Companhia; provenientes de obrigações assumidas pela Companhia; e decorrentes de leis e regulamentos que a Companhia deve observar.

A priorização no tratamento aos riscos é feita de acordo com o rating de cada risco e causa, o qual é definido por meio da ponderação de probabilidade de ocorrência versus o impacto nos negócios, frente ao apetite ao risco definido. Os riscos cujo rating seja crítico ou alto são priorizados.

Em 09 de maio de 2019, o Conselho de Administração, após recomendação positiva manifestada pelo Comitê de Auditoria e Finanças, conforme define a política de riscos atualmente publicada, aprovou a proposta de alteração das métricas de impacto. As alterações visaram principalmente otimizar a avaliação e compreensão dos impactos não financeiros já tendo sido refletidos na matriz de riscos e no "heat map".

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Com base na referida política, buscamos proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela nossa administração, reputação, bem como os nossos resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os instrumentos utilizados no processo de Gerenciamento de Riscos incluem um processo estruturado contemplando a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos Riscos de negócio que são classificados em relação a probabilidade de ocorrência e os respectivos impactos financeiros ou não financeiros nos negócios da Companhia.

Os riscos de negócio são monitorados periodicamente, visando garantir a efetividade da operação dos controles-chave de prevenção/mitigação e a execução da estratégia de tratamento dos riscos. Para fins de proteção aos riscos aos quais estamos expostos, descritos anteriormente no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia:

- se utiliza de uma estrutura de tecnologia da informação que permite, em curto espaço de tempo, evitar perda de eficiência e sinergia bem como manter os níveis de qualidade contratados: (i) oferecer uma estrutura com aulas ao vivo, utilizando plataformas sistêmicas de comunicação e colaboração online e (ii) possibilitar aos seus profissionais trabalhar de forma remota;
- se utiliza de mecanismos que permitem que as aulas sejam ministradas a distância, reduzindo a exposição de nosso corpo docente à contaminação por doenças contagiosas, incluindo a pandemia causada pela COVID-19. A Companhia também tem condições de rapidamente substituir eventuais ausências dos professores titulares por professores substitutos que possuímos no nosso corpo docente;
- faz constantes ações de engajamento junto aos alunos, monitorando a frequência no atendimento às aulas e na manutenção do conteúdo proposto. Para manter os níveis de engajamento em situações de contingência, bem como o padrão e a qualidade das aulas, a Companhia é capaz de manter sua estrutura de engajamento em funcionamento remoto, e os docentes são preparados para ministrar aulas com a qualidade contratada através de canais alternativos;
- possui um modelo de ensino baseado em crédito, cabendo ao aluno escolher as disciplinas que cursará por cada período. Caso enfrente alguma dificuldade financeira, o aluno poderá alterar a grade de acordo com sua capacidade de pagamento;
- possui uma política de concessão de bolsa de estudos que permite flexibilizar condições de pagamento para que o aluno possa permanecer estudando;
- possui processos e sistemas preparados para, mesmo à distância, operarem com reduzida perda de eficiência, permitindo arcarmos com as responsabilidades pertinentes ao negócio, com baixo impacto na operação;
- ampliou e busca ampliar os métodos de pagamento disponíveis para seus alunos e realiza campanhas esclarecendo a existência de canais alternativos para facilitar o uso / acesso pelos alunos;
- possui unidades que contam com câmeras de segurança que permitem o constante monitoramento do local. O dimensionamento de equipes de segurança das unidades é feito em função do tamanho e nível de exposição. Para as unidades mais críticas, que ficam expostas diretamente ao meio externo, há um maior contingenciamento de segurança. Para aquelas que contam com prestadores de serviço, a Companhia faz o acompanhamento dos relatos referentes a quaisquer eventos que porventura venham a ocorrer, além de manter o relacionamento estreito com órgãos de segurança;
- oferece seguro educacional para os alunos da graduação que garante um pagamento de até seis vezes o valor da mensalidade caso o responsável financeiro do contrato educacional do aluno (onde muitas vezes, é o próprio estudante), sofra alguma situação excepcional, como: fique desempregado ou tenha morte acidental;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- pode fazer convênios com os governos locais a fim de estabelecer estratégias que mitiguem eventuais dificuldades enfrentadas por seus alunos, mas que mantenha o equilíbrio econômico-financeiro e reduzindo o impacto na receita operacional líquida;
- monitora seus concorrentes e acompanha as mudanças e inovações do setor educacional, bem como as tendências de mercado, que possam aumentar a competitividade e influenciar nossas atividades;
- abastece a gestão dos campi com um conjunto de aparatos que visam controlar e monitorar o acesso interno, como barreira perimetral e sistemas de CFTV (100% das unidades com cobertura de CFTV);
- revisa as condições das unidades periodicamente em relação a procedimentos de emergência incluindo vistorias técnicas relacionadas às saídas de emergência sinalizadas e adequadamente equipadas com sistema de iluminação de emergência e demais planos de evacuação;
- tem um processo de comunicação constante sobre as regras, os códigos e os regulamentos da Companhia, através de campanhas internas, sendo que, as eventuais violações são analisadas e as sanções são impostas, quando aplicável;
- possui um programa de capacitação contínua destinado aos docentes da graduação e graduação tecnológica. Ao ser contratado, o professor recebe orientações para cursar o programa "Ambientação Institucional" da Companhia e obtém as primeiras informações sobre o "Modelo de Ensino" adotado pela Companhia, além das orientações sobre o acesso às ferramentas acadêmicas. Os professores têm acesso a cursos sobre diferentes metodologias que se adequam aos diferentes cursos que a Companhia oferece;
- possui um Plano de Segurança de Informações que estabelece controles sobre os processos de tecnologia da informação e sistemas chaves;
- faz a gestão de continuidade de serviços de tecnologia da informação, analisando o ambiente crítico de sistemas que suportam os processos chaves da Companhia, estabelecendo controles e ambientes de continuidade e contingência em termos de serviços de tecnologia, permitindo que os processos que dependam de estruturas tecnológicas continuem sendo executados ou permitam uma indisponibilidade mínima, mesmo com incidentes mais severos que impactem nossa operação;
- acompanha a situação do licenciamento regulatório das suas unidades em relação à validade de todas as licenças e autorizações necessárias ao seu correto funcionamento, sendo tomadas as ações necessárias para fins de renovação de tais licenças e autorizações aplicáveis. Os processos de regularização são acompanhados, buscando, em conjunto com as unidades, caminhos para as regularizações que se fizerem necessárias;
- estabeleceu uma gestão de Infraestrutura onde todas as ocorrências de manutenção predial são analisadas e solucionadas a fim de garantir o perfeito funcionamento da operação, reduzindo risco e transtornos para os nossos alunos;
- atualiza periodicamente as regras dos cursos de forma a refletir as demandas do mercado de trabalho, tanto nas questões técnicas quanto comportamentais;
- mantém um foco em inovação para melhor atender às mudanças de perfil do aluno e do mercado que possam afetar o poder atrativo da nossa Companhia, tanto em relação aos alunos quanto aos nossos profissionais, a médio e longo prazos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- para mitigar a falta de profissionais e garantir a base de acordo com o MEC, possui um programa para capacitação de docentes, financiando a formação dos professores em mestrado e doutorado, por meio de um processo seletivo interno;
- mantém-se atualizada quanto às mudanças de legislação federal e regulamentação governamental impostas e se empenha a participar de associações de classe para acompanhar as eventuais mudanças que possam acontecer;
- possui uma equipe multidisciplinar especializada para atender os requerimentos de proteção e privacidade de dados exigidos pela Lei nº 13.853, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"); e
- conta com um processo de governança robusto para os temas relacionados à aquisições de ativos e/ou sociedades, com etapas prévias de validação interna, pareceres de escritórios e consultorias especializadas, onde são realizadas análises de riscos regulatórios, panoramas compreensivos de passivos e contingências, bem como due diligences, que suportam e subsidiam as aprovações da Alta Administração, Comitês Internos e Conselho de Administração da Companhia.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos nossos riscos é realizado por diversos agentes, cujas competências no âmbito do referido processo são descritas abaixo.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir, disseminar e monitorar os valores éticos, estratégias, objetivos de alto nível e apetite a riscos. O Conselho de Administração supervisiona o gerenciamento de riscos corporativos da organização ao:

- entender qual nível que a administração estabeleceu para manter uma estrutura e controles internos suficientes para realizar uma Gestão de Riscos eficaz;
- revisar a relação dos riscos assumidos em contraste com o apetite a riscos;
- verificar a eficiência da administração em responder adequadamente aos riscos mais relevantes;
- e
- definir/aprovar a estratégia de tratamento e o apetite a riscos.

Na qualidade de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e Finanças, por sua vez, é responsável por monitorar as exposições aos riscos e avaliar a qualidade, efetividade e suficiência da estrutura de Controles Internos da Companhia, recomendando ações de melhorias sempre que necessário. O Comitê de Auditoria e Finanças também deve:

- estar ciente e de acordo com as métricas de probabilidade e impacto para classificação dos riscos; e
- pré-validar a estratégia de tratamento e o apetite a riscos.

Cabe à Diretoria Executiva, junto do Diretor Presidente ("Alta Administração"), propor os objetivos estratégicos e apetite a riscos da nossa Companhia ao Conselho de Administração. A Alta Administração também possui a responsabilidade de atuar ativamente nas reuniões do Comitê de Riscos e analisar os reportes da Controladoria, a fim de garantir que o processo de Gestão de Riscos Corporativos esteja funcionando de forma eficaz, possibilitando o alcance dos objetivos estratégicos. A Alta Administração também deve:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- apoiar o processo de gestão de riscos;
- orientar sobre a cultura de gestão de riscos;
- definir/aprovar as métricas de probabilidade e impacto para classificação dos riscos; e
- propor a estratégia de tratamento e o apetite a riscos.

O Comitê de Riscos está subordinado à Diretoria Executiva da Companhia, sendo coordenado pelo Diretor Financeiro (CFO) e formado por membros das Diretorias Executivas de Finanças, Operações Presenciais, Operações Digitais, Operações Premium, IDOMED, Jurídica e Auditoria Interna. Além desses membros, o Diretor Presidente e outros convidados estratégicos de caráter excepcional poderão compor o Comitê, que tem como objetivo o monitoramento e evolução constante da Gestão de Riscos.

Caberá ao Comitê a discussão e a clara definição da direção a ser seguida para atender ao apetite a riscos da nossa Companhia, orientado pela alta gestão e sugerir os limites de tolerância aos diferentes riscos identificados como aceitáveis pelo Conselho de Administração, além de:

- Avaliar o nível de exposição global x apetite a riscos;
- Avaliar os reportes dos indicadores chave (KPI/KRI);
- Avaliar a eficácia da estratégia de tratamento adotada para os riscos.

A Controladoria é responsável pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos, tendo como principal responsabilidade, a operacionalização do referido processo de gestão, de forma a garantir que os procedimentos e a metodologia definidos estão sendo cumpridos. A referida área é responsável por controlar o registro de riscos corporativos, atualizando as informações de riscos, causas, respostas e planos de ação existentes, inclusive através do acionamento da área de Auditoria Interna para testar a eficácia dos controles sendo endereçados para cada risco. Com os inputs e atualizações periódicas do registro de riscos, a Controladoria deve atualizar a probabilidade, impacto e rating dos riscos, além de reportar as informações mais relevantes à Diretoria Executiva. Em resumo, cabe à Controladoria:

- disseminar a cultura de gestão de riscos na nossa Companhia;
- garantir que os processos e procedimentos de controle de riscos estão sendo seguidos;
- identificar e avaliar os riscos corporativos;
- monitorar o registro de riscos;
- avaliar o nível de exposição face ao apetite a riscos para identificar a necessidade de acionar a alta administração da nossa Companhia para propor nova estratégia de tratamento de riscos acima do apetite aprovado;
- reportar os resultados da gestão de riscos à alta administração da nossa Companhia;
- fornece suporte aos Cause Owners e Pontos Focais (conforme abaixo definidos);
- verificar, junto aos Pontos Focais, a execução das respostas contempladas no registro de riscos; e
- validar a eficácia dos controles chaves dos processos através de análise das evidências apresentadas pelos Pontos Focais.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A área de Auditoria Interna é responsável por testar a eficácia dos controles chave de cada risco e reportar os resultados para Controladoria. A área de Auditoria interna é parte integrante do Comitê de riscos e é subordinada diretamente ao Comitê de Auditoria e Finanças e à Presidência.

Além das áreas acima definidas, cada processo da Companhia conta com os referidos agentes para fins do gerenciamento dos nossos riscos:

- RISK OWNER – Diretor Executivo responsável pelos riscos do processo;
- CAUSE OWNER – Profissionais responsáveis pelas causas e devem atuar conforme as Ações Mitigatórias e Planos de Ação definidos para cada causa, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência dos riscos. Periodicamente, devem reportar à gerência de Riscos e Controles Internos informações relevantes que possam resultar em atualização do registro de riscos. O reporte formal dos Cause Owners deve ocorrer sempre que solicitado pela gerência de Riscos e Controles Internos ou quando da identificação de algum fato que possa requerer uma avaliação da área de gestão de riscos no tocante a novos objetivos ou Riscos.

Os Cause Owners têm ainda as seguintes responsabilidades:

- Multiplicar a cultura de Gestão de Riscos, seguindo os procedimentos descritos nesta Política e repassando as diretrizes aos profissionais de sua área;
- Auxiliar a área de GRCI na identificação de Riscos, causas, respostas e planos de ação;
- Definir e acompanhar respostas e planos de ação para mitigação das Causas;
- Integrar os objetivos da área de GRCI à gestão de processos executados nas suas diretorias/gerências;
- Monitorar e reportar os KPIs e KRIs à gerência de Riscos e Controles Internos.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração entende que a estrutura operacional de controles internos da Companhia é adequada para a sua realidade, uma vez visa a coordenação entre as áreas envolvidas de forma integrada para fins de verificação e aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão de riscos da Companhia. Tal fato decorre, principalmente, em virtude do desdobramento de competências, nos termos descritos no item 5.1(b)(iii) acima e a existência de procedimentos de reportes entre as áreas, incluindo por exemplo (i) a obrigação dos Cause Owners em acompanhar os planos de ação relativos ao controle dos riscos e de comunicação à gerência de Riscos e Controles Internos a respeito eventuais desvios e eficácia dos planos de ação; (ii) a realização de acompanhamento frequente pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos, junto aos Risk Owners, da efetividade dos controles e acompanhamento dos planos de ação; (iii) a apresentação pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos do resultado da avaliação da eficácia dos controles à Controlaria, à qual cabe, por sua vez, avaliar a necessidade de revisão de rating do risco e reportar o referido cenário à Diretoria, (iv) a avaliação pela Diretoria da eficácia dos procedimentos e normas utilizados pela nossa Companhia, com base nos dados e reportes fornecidos pelas demais áreas envolvidas e caso necessário, a adequação das normas e procedimentos e estratégia à alteração ao ambiente de riscos ao qual a Companhia está exposta.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nos processos de elaboração de demonstrações financeiras e informações gerenciais, as áreas de controladoria e finanças validam as informações e a consistência destas com as informações acompanhadas pelos gestores. Todas as linhas de resultado de cada unidade ou centro de custos são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Na elaboração das demonstrações financeiras, sistemas de informações estão configurados para disponibilização das informações de acordo com as normas e padrões contábeis definidos pelos órgãos reguladores.

No processo de elaboração, as revisões e análises são realizadas primeiramente no nível de coordenação contábil, e posteriormente pelos níveis de gerência e gerência geral de controladoria. A aprovação das demonstrações financeiras passa ainda pela Diretoria Executiva de Finanças e de Relação com Investidores e pelo Comitê de Auditoria e Finanças, sendo finalmente aprovadas pelo nosso Conselho de Administração. Anteriormente à sua divulgação, as demonstrações financeiras são examinadas por auditores independentes, os quais emitem um relatório de opinião sobre a adequação das mesmas.

Complementam as estruturas de controle a Auditoria Interna que reporta diretamente para o Comitê de Auditoria e Finanças e que executa programação anual de auditoria com vistas a identificar oportunidades e sugerir melhorias nos processos de gestão e controle. Dispomos ainda de um Conselho Fiscal, que também examina e recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras pela Assembleia Geral de acionistas, baseado no acompanhamento realizado ao longo do ano e no parecer dos auditores independentes.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

No âmbito da estrutura de controles voltada à assegurar a elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia tem em seu organograma a área de Controladoria, cujo objetivo está voltado para elaboração das demonstrações financeiras, aplicação de controles na utilização dos recursos e gestão de riscos.

As estruturas e órgãos da administração listados abaixo suportam a integridade e validação dos processos, controles e informações divulgadas relacionadas às nossas Demonstrações Financeiras:

- o Conselho de Administração;
- o Conselho Fiscal;
- o Comitê de Auditoria e Finanças;
- o Diretor Presidente;
- o Diretor de Finanças e de Relação com Investidores;
- a Área de Auditoria Interna;
- a Controladoria;
- o Comitê de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

O Conselho de Administração, após ouvida a recomendação do Comitê de Auditoria e Finanças ("CAF"), manifesta-se trimestralmente sobre as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Externos e Relatório da Administração, este último anualmente, e convoca a Assembleia Geral de Ordinária. Cabe, ainda, ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade e conformidade (compliance) e aprovar política de gestão de riscos compatível com as estratégias de negócios e rever periodicamente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo.

Cabe ao nosso Conselho Fiscal analisar as nossas Demonstrações Financeiras acompanhadas das informações prestadas pelos auditores, com a finalidade de, após ter conhecimento da deliberação do Conselho de Administração e do parecer firmado pelos Auditores Externos, emitir parecer quanto à aprovação das mesmas. O Diretor Jurídico, de Compliance e Ouvidoria também participa de todas as reuniões, tendo como pauta fixa, além de outros eventuais itens: notificações de órgãos regulatórios e fiscais e Canal Confidencial & Compliance.

Compete ao CAF, comitê estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições, avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; bem como avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento de suas políticas internas, emitindo parecer quanto à aprovação das mesmas e o Relatório Anual Resumido. O CAF também deverá revisar a definição das áreas de riscos significativos à nossa Companhia, além de monitorar o cumprimento dos requerimentos legais e regulatórios.

O Diretor Presidente, juntamente com o Diretor Financeiro, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados, definirá a estrutura de capital mais apropriada à Companhia e deverá submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração. Nosso Diretor Financeiro é o responsável por preparar os balancetes e demonstrativos de lucros e perdas, bem como o relatório anual e as demonstrações financeiras, anuais ou trimestrais, os quais serão submetidos à Diretoria Estatutária e ao Conselho de Administração. É também o responsável pela Diretoria de Controladoria e de área de Riscos e Controles Internos.

A Companhia conta ainda com a área de Auditoria Interna, cujo nível de reporte se substancia nos princípios que preservam a independência dos auditores e atende aos preceitos de Governança Corporativa. Esta área desempenha suas atividades com base em planejamento anual, aderente com as melhores práticas, aprovado pelo Comitê de Auditoria e Finanças e pelo Conselho de Administração.

O Auditor Interno participa de todas as reuniões do Conselho Fiscal, tendo como pauta fixa, além de outros eventuais itens: os andamentos de seus trabalhos e qualquer report relevante.

A Controladoria é a área responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis e seguindo os procedimentos e controles internos estabelecidos pela Companhia.

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos tem como principal responsabilidade a operacionalização do referido processo de gestão, de forma a garantir que os procedimentos e a metodologia definidos estão sendo cumpridos. A referida área é responsável por controlar o registro de riscos corporativos, atualizando as informações de riscos, causas, respostas e planos de ação existentes, inclusive através do acionamento da área de Auditoria Interna para testar a eficácia dos controles sendo endereçados para cada risco.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.2 Descrição dos controles internos

O processo de supervisão e acompanhamento da eficiência dos controles internos voltados à elaboração e assecuração das demonstrações financeiras está descrito nos itens (a) e (b) acima, sendo acompanhado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, pelo Diretor Presidente, pelo Auditor Interno e pelo Controller, além dos membros do Conselho de Administração e integrantes dos Comitês de Risco, subordinado à Diretoria Executiva, e de Auditoria e Finanças, subordinado ao Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal.

Ainda, o nosso Comitê de Auditoria e Finanças monitora e supervisiona a eficiência dos controles internos junto aos auditores internos e auditores independentes, sendo o referido Comitê composto por três membros do nosso Conselho de Administração.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram apontadas deficiências significativas pelos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que não foram apontadas deficiências significativas pelos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

5.3 Programa de integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A nossa Companhia dispõe de Código de Ética e Conduta ("Código de Ética") e Código Anticorrupção, ambos amplamente divulgados através de campanhas internas e com registro de leitura e aceite. Para o público externo, os normativos são disponibilizados em nosso site de Relações com Investidores.

O Código de Ética orienta a Companhia sobre as melhores práticas a serem adotadas no relacionamento com a Administração Pública, não sendo tolerada qualquer conduta ilícita, especialmente atos de corrupção, suborno ou fraude em contratações, enfatizando que as interações junto a agentes públicos deverão ser baseadas em critérios éticos e transparentes.

Os colaboradores deverão conhecer e cumprir as diretrizes dispostas no Código Anticorrupção da Companhia que estão com base na legislação e regulamentação aplicáveis relacionadas ao combate à corrupção.

A Companhia também conta com canal de denúncias independente, operado por empresa externa especializada para o registro de desvios relacionados às diretrizes dispostas nos Códigos de Ética e Anticorrupção, contratos, normativos internos e leis.

A Companhia disponibiliza uma trilha de treinamentos obrigatórios para todos os colaboradores, incluindo temas de grande relevância como, Ética e Conduta, Anticorrupção, Segurança da informação e Proteção e privacidade de dados.

Todas as iniciativas citadas são amplamente divulgadas e estão alinhadas às estratégias do Comitê de Riscos da nossa Companhia.

Ainda, a Companhia adota procedimentos para mapeamento de riscos, que são avaliados ao menos uma vez por ano. As políticas, procedimentos e as práticas adotadas pela Companhia são revisitadas anualmente e atualizadas conforme necessidade.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance foi criada pela Companhia em 2016 e atualmente está vinculada à Diretoria Jurídica que por sua vez compõe à Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores e se reporta ao Conselho Fiscal.

A área de Compliance, é responsável por identificar os riscos de Compliance, de desvio de conduta e elaborar estratégia de prevenção, identificação e aplicação de ações corretivas e, para isso, conta com dois comitês não estatutários para auxílio e monitoramento: Comitê de Conduta e o Comitê de Ética, sendo este último composto por membros da Diretoria Executiva.

O planejamento da área de Compliance é refletido em metas e consiste na atualização das campanhas de reforço ao cumprimento das diretrizes dos códigos, campanhas externas de fomento ao

5.3 Programa de integridade

comportamento ético e íntegro, treinamentos sobre as diretrizes dos códigos, apuração célere de denúncias com aplicação de ação corretiva e suporte na criação ou aprimoramento dos controles internos.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética da Companhia se aplica a todos os stakeholders, incluindo diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados, abrangendo também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

Todos os colaboradores da Companhia são treinados sobre as diretrizes dispostas nos Códigos de Ética e Corrupção com registro formal de aceite ao mesmo.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Para violações cometidas por colaboradores que atentem contra as diretrizes do Código de Ética da Companhia são aplicadas sanções com base na política interna de medidas disciplinares em conformidade com a legislação trabalhista vigente.

Além disso, Código Anticorrupção conta com capítulo específico relacionado às sanções e penalidades aplicáveis caso as orientações do mesmo não sejam observadas.

O mencionado Código prevê a possibilidade de sanções penais, cíveis e administrativas aos colaboradores, independentemente da aplicação das medidas disciplinares cabíveis, em decorrência do seu contrato de trabalho com a Companhia.

Para parceiros privados que contrariarem o disposto no Código Anticorrupção e no Código de Ética, serão tomadas as providências judiciais cabíveis, podendo inclusive, a aplicação de penalidades contratuais e legais e/ou o encerramento do contrato com a Companhia. A identificação de infração à legislação poderá resultar no encaminhamento do caso aos órgãos competentes.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e o Código Anticorrupção foram aprovados pelo conselho de administração em reunião formal em 15 dezembro de 2016 revisados em reunião realizada em 18 de agosto de 2020. Ambos os documentos podem ser consultados integralmente no portal <https://www.yduqs.com.br/>, no menu Governança Corporativa, Compliance e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia, com o intuito de dar efetividade às ações de Compliance, disponibiliza um canal de denúncias, para o recebimento de relatos de irregularidades ou infrações às leis e normas abrangidas no Código de Ética e Conduta e Código Anticorrupção. O Canal pode ser acessado por telefone 0800 770 0782 e pelo site: <https://canalconfidencial.com.br/yduqs/>

5.3 Programa de integridade

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de denúncia está a cargo de empresa externa especializada.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal está disponibilizado para o recebimento de denúncia de todos os *stakeholders*: colaboradores, fornecedores, parceiros e terceiros.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Sim. A empresa é externa e independente, garantindo expressamente o sigilo, no limite da lei, quanto à identidade das pessoas que utilizarem esse meio de comunicação, oferecendo a opção de realizar relatos de forma anônima ou identificada. É importante destacar que não é permitida, sob nenhuma hipótese, qualquer forma de represália ou retaliação a quem os utilizar de boa-fé.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a área de Compliance com o apoio das áreas de negócios, quando necessário. A nossa Companhia promove, de forma tempestiva, as apurações e providências necessárias, remetendo os casos ao Comitê de Conduta e, quando aplicável, ao Comitê de Ética.

Os relatos registrados no Canal de denúncias seguem fluxos distintos de tratamento, a depender dos envolvidos, de acordo com as melhores práticas de governança. O direcionamento dos relatos é realizado por empresa externa especializada e independente, responsável por assegurar o correto fluxo de tratamento.

A área de Compliance reporta periodicamente ao Conselho Fiscal as apurações das denúncias e demais indicadores extraídos do canal de denúncias.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia verificou 0 casos confirmados de fraudes, e 0 casos de irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais. Para os fins deste item, consideram-se, os casos, após a finalização da apuração do Comitê de Conduta e, quando aplicável, ao Comitê de Ética detalhado no item 26 do Código de Ética da Companhia, conforme descrito no item 5.3 (iv) deste Formulário de Referência.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Adotamos procedimentos de Compliance voltados para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, nos termos do Código Anticorrupção da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2016 e revisado em reunião do Conselho de Administração

5.3 Programa de integridade

realizada em 18 de agosto de 2020. O Código Anticorrupção da Companhia está em conformidade com a Lei Anticorrupção e demais legislações relacionadas ao tema.

5.4 Alterações significativas

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta nem na política de gerenciamento de riscos por ela adotada. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta, já estão indicadas nos riscos descritos neste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item.